

Crise financeira e “modelos” de inserção internacional. Argentina, Brasil, Coréia do Sul e Espanha.

Angelita Matos Souza.

Cita:

Angelita Matos Souza (2009). *Crise financeira e “modelos” de inserção internacional. Argentina, Brasil, Coréia do Sul e Espanha. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1029>

Crise financeira e “modelos” de inserção internacional

Argentina, Brasil, Coréia do Sul e Espanha

Angelita Matos Souza

FACAMP

angelitams@uol.com.br

Introdução

Desde setembro de 2008, com o agravamento da crise a partir dos EUA, que a oposição entre economia irreal (especulativa) e economia real (produtiva) tem sido utilizada para se responsabilizar os agentes do mercado financeiro, irracionais e predadores, em contraposição aos agentes econômicos supostamente racionais e cômicos de seus deveres para com a sociedade. O retorno à economia real seria o bastante para que tudo voltasse ao normal. Pois é justamente esse retorno que é impossível, primeiro porque o capitalismo real (não especulativo) jamais existiu; segundo porque há tempos o capitalismo se transformou em imperialismo. À diferença da discussão sobre o “Novo Imperialismo”, na qual a dimensão conjuntural (militarista) em torno da política externa dos EUA ocupou o centro das atenções, reafirmamos aqui que o imperialismo é o capitalismo sob o domínio do capital financeiro, retomando a correlação entre imperialismo e capitalismo contemporâneo. O imperialismo corresponde à fase do capitalismo (o capitalismo monopolista) na qual a livre concorrência dá lugar à concentração e centralização do capital produtivo e financeiro em mãos de um punhado de empresas gigantescas. O carro-chefe deste processo é a fusão entre capital industrial e bancário - sob domínio deste último -, originando o moderno capital financeiro.

A monopolização da economia, ao mesmo tempo em que dá origem ao capital financeiro, é impulsionada pelo desenvolvimento deste. A formação de poderosos blocos de capital financeiro-produtivos intensifica este processo, por meio da incorporação constante das empresas mais débeis e conquista de mercados internacionais. A exportação de capitais e a repartição do mundo entre os grandes grupos capitalistas internacionais são condição e resultado do predomínio do capital financeiro, da sua transformação em “força motriz” da acumulação capitalista em escala mundial. Assim, a característica principal do imperialismo é o primado da atividade financeira sobre todas as demais atividades econômicas. O que segue bastante válido para o mundo atual. Porém, algumas tendências recentes chamam atenção: 1º) a articulação de interesses capitalistas globais – fundamentalmente financeiros - no interior de cada formação social, colada ao financiamento dos déficits americanos; 2º) o avanço do financiamento dos déficits americanos por países “emergentes”, por meio das altas taxas de juros praticadas em mercados periféricos e o total das reservas em moeda forte (aplicados em parte nos títulos americanos).

Desta vez, a crise financeira espalha-se do centro para a periferia. Nas crises mais recentes (a crise da dívida nos anos 80 e, nos anos 90, no México, Asiática, Russa, Argentina e a brasileira, salva por um empréstimo monstro dos EUA), o movimento deu-se da periferia para o centro, devido em grande parte ao nível de endividamento público e à expansão da “economia especulativa” na periferia a partir do final dos anos 70. Como esse movimento passou a caracterizar a maior economia do mundo (à diferença que detém a moeda dominante na economia mundial), era de se esperar efeitos similares a partir do centro. Por meio de *Wall Street*, o mundo investiu nos EUA, permitindo aos consumidores norte-americanos acumular dívidas e ao governo o financiamento dos seus déficits. Eis o ponto central da articulação entre o Estado norte-americano e o capital financeiro internacional: precisamente, sua posição de maior devedor do mundo.

Da capacidade de financiamento pelos EUA dos seus déficits públicos dependem as saídas (provisórias) à crise atual. O que deve ocorrer, em prejuízo do acesso ao financiamento externo pelas quatro economias aqui em foco, explicitando a situação periférica e dependente que as caracteriza. A Espanha enveredou pelo caminho da conformação de um capital financeiro e sua internacionalização sem contar com uma estrutura produtiva capaz de sustentar um verdadeiro capital financeiro - no modelo das corporações americanas, das grandes empresas alemãs ou dos conglomerados japoneses. A Coreia do Sul também não teve êxito neste sentido, inspirada na experiência japonesa de monopolização da economia, construiu corporações produtivas bastante competitivas internacionalmente, mas ao contrário da experiência japonesa, na qual a articulação entre atividades produtiva e financeira daria origem ao moderno capital financeiro, o caso coreano,

por mais exitoso que possa ser considerado, não alcançou este resultado. Já o Brasil, onde o processo de monopolização da economia foi intenso, não logrou nem a competitividade internacional coreana, nem a internacionalização “financeirizada” à espanhola. A Argentina menos ainda.

Argentina

O processo de industrialização argentino não avançou o suficiente, no sentido de legar à Argentina uma burguesia local e/ou uma burocracia tecnocrática capaz de opor resistências às reformas neoliberais dos anos 90. A classe média (média/alta), relativamente forte na Argentina, sempre foi mais afinada com os interesses “cosmopolitas” que com interesses “nacionalistas” e o liberalismo visto com simpatia, pois associado ao auge da economia agro-exportadora no início do século XX. Neste sentido, a re-especialização produtiva se impôs como uma “vocação” face à globalização (devido mesmo a fatores culturais). Com as reformas dos anos 90, o circuito financeiro como espaço de lucros e expansão/conservação patrimonial favoreceu ainda mais o apoio às reformas neoliberais pelas classes privilegiadas. Em resumo: ampla privatização das empresas públicas e abertura comercial (desindustrialização); liberalização financeira (desnacionalização do sistema bancário); reformas trabalhistas de cunho neoliberal, ataque aos direitos sociais (à previdência); e um programa de estabilização, baseado numa taxa de câmbio assentado na paridade com o dólar - *Currency Board*.

Sob o impacto da crise econômica ao final de 1994 no México, surgiram os primeiros sinais de vulnerabilidade, agravados na segunda metade dos anos 90 por novas adversidades no *front* externo - crise asiática (1997-98); crise da Rússia (1998); desvalorização da moeda brasileira (1999). Os efeitos negativos sobre as exportações argentinas, o peso crescente das taxas de juros sobre as finanças públicas, conjugados à manutenção da Lei da Conversibilidade levariam à derrocada da economia - déficits crescentes, aumento da desconfiança e fuga de capitais. A moratória viria em dezembro de 2001.

Coréia do Sul

A Coréia do Sul tem sido apontada como um caso exitoso de desenvolvimento capitalista tardio, resultando na conformação de grandes conglomerados produtivos, os *chaebols* (Samsung, Hyundai, Daewoo, LG etc.). Estes evoluíram da produção industrial mais simples, nos anos 60, à indústria pesada e química nos 70 (crescendo a taxas expressivas nos setores de máquinas, ferramentas, indústria naval e automobilística), ganhando significativa importância, a partir dos anos 80, o setor eletrônico e de telecomunicações.

A peculiaridade da experiência coreana foi, por meio de estatização do sistema bancário (entre 1961/80) e do controle/gerenciamento do acesso ao crédito externo e interno, o Estado selecionar

e premiar empresas/setores prioritários às políticas de desenvolvimento em curso, sendo os investimentos diretos estrangeiros orientados à associação com empresas coreanas (*joint-ventures*). Entre 1981-83, os bancos seriam privatizados e quem assumiria o controle acionário seriam os *chaebol* maiores. A privatização dos bancos comerciais, embora não tenha afetado o papel do Estado de bancador “em última instância” da expansão econômica (dos grandes projetos, setores estratégicos, P&D), fortaleceria a tendência à autonomia financeira pelos grandes conglomerados, visando diminuir a dependência dos empréstimos sob crivo governamental. E ainda que a atividade financeira estivesse subordinada aos projetos expansionistas da atividade produtiva, mantendo-se em alta os níveis de endividamento, acreditamos que a economia coreana caminhava para a conformação de um capitalismo financeiro moderno, não fosse atropelada pela crise asiática de 1997/98.

Entre 1990 e 1998, os investimentos no exterior superariam, em quantidade e em montante, os investimentos estrangeiros no mercado doméstico; concentrando-se na América do Norte e na Ásia. Nestes anos, os maiores *chaebols* foram se especializando e monopolizando alguns poucos setores (eletrônicos, por exemplo, ficaram com os três maiores— Samsung, Hyundai e LG). Tendência à concentração e especialização acentuada nos anos pós-crise financeira, mas que vinha desde a integração na OCDE, em 1996, acentuada após a crise de 1997/98, seguindo as orientações do FMI. O crescimento no volume de investimentos no exterior deu-se preferencialmente no setor manufatureiro, concentrando-se na própria Ásia (na China em especial), seguida da América do Norte e da União Européia. E, se nos anos 80, a parceria com o Japão foi fundamental, neste início de século foram os negócios com a China e o crescimento da economia chinesa o decisivo, permitindo a rápida recuperação da economia coreana pós-crise (a China tornou-se o 1º destino dos investimentos diretos coreanos e o 1º parceiro comercial).

Em 2001, quando a Coreia do Sul saldou antecipadamente seus débitos junto ao FMI, o valor das exportações coreanas alcançou os 38% do PIB e, em 2005, já era de mais de 45%. Em 2004, a manufatura foi responsável pela absorção de 53% do total dos investimentos no exterior e a Coreia do Sul investiu na China o equivalente a 37,8% dos investimentos totais do país naquele ano, sendo que dois quintos aplicados no setor manufatureiro; ao passo que a China passou a ser grande importador de produtos intermediários da Coreia do Sul. No mesmo ano, os investimentos estrangeiros na Coreia do Sul estavam distribuídos “na proporção de 30% em *portfolio* e 70% em novas fábricas e instalações”. Atraídos pela localização geográfica privilegiada, e incentivos diversos (fiscais e creditícios), a participação estrangeira (valor das ações em trilhões de won) na Bolsa de Valores sul-coreana passaria de 10,45, em 1997; para 76,6, em 1999, e 88,2 em 2001. Dados da participação estrangeira por empresas ao final de 2001 (% em empresas/subsidiárias) dão uma

dimensão do processo de desnacionalização pós-crise: Kookmin Bank, 71,1%; Samsung Eletrônicos, 59,7%; Samsung Insurance, 51,6%; Posco, 61,9%; Hyundai Motors, 52,6%; SK Telecom, 32,4%. (Masiero, 2007)

Da participação majoritária do capital estrangeiro em algumas empresas não se deve deduzir o controle do *chaebol*, pois em geral diz respeito a subsidiárias deste. E a despeito da abertura econômica, segundo Masiero (2007), ainda é complicada (política e burocraticamente) a entrada de recursos externos na Coreia do Sul. Mas não há dúvidas que a economia coreana avançou para um modelo bem mais aberto nos anos 90 e início deste século, estabelecendo associações/parcerias produtivas, comerciais e financeiras com empresas/capitais de origem estrangeira. Indubitável é também o sucesso dessa experiência de capitalismo tardio, elevando a Coreia do Sul a uma posição de periferia de 1ª classe. Neste sentido, foram decisivos os investimentos em P&D.

Entretanto, a Coreia do Sul continua dependendo fortemente da capacidade inovadora das economias americana, japonesa e européias. Sua economia é muito dependente das exportações, sobretudo para os EUA e China, e, portanto, do bom andamento da economia mundial e do crescimento nestes dois países. As parcerias/associações com a China não eliminam a concorrência internacional entre os dois países e não é nada fácil concorrer com a China, sendo que o diferencial entre qualidade/quantidade tem se reduzido em detrimento do produto coreano (quantidade chinesa $\times$ qualidade coreana). Do ponto de vista monetário, a moeda coreana precisa equilibrar-se entre as moedas chinesa e americana e sua situação face o *yen* também é subordinada (ou seja, não se pode afirmar que detenha uma moeda forte). Enfim, ainda um país periférico e vulnerável, sobretudo, tendo em vista a parcela de eletrônicos na sua pauta exportadora. E, com a crise, a China deve intensificar sua influência político-econômica sobre a Coreia do Sul.

Espanha

O segredo do “sucesso” espanhol, indubitavelmente deve ser buscado na integração à Comunidade Européia, mas passa pelas “opções” internas que foram decisivas à consolidação de um capital financeiro espanhol. Interessa-nos destacar que políticas econômicas empreendidas nos anos 80/90 levaram à consolidação do “núcleo duro” da economia espanhola; sob a liderança do qual a Espanha (re) descobriu a América Latina, alcançando nos anos 90 a posição de maior investidor externo na região. Fundamentalmente, chamamos atenção para o fato das inversões estrangeiras em empresas nacionais - com a abertura econômica, reorganização do mercado financeiro/acionário e privatizações -, menos que à compra/controlar acionário destinarem-se à sociedade/associação com o capital local, favorecendo, política e economicamente, o poder internacional de grupos espanhóis. Nos anos 90, a maior adesão ao receituário liberal implicaria consolidar-se-ia o “núcleo duro” da economia espanhola, com a venda das últimas participações estatais em empresas do setor infra-

estrutural e mais abertura/desregulamentação do mercado de capitais. Este “núcleo”, unindo bancos e setores infra-estruturais, está organizado em torno de dois grandes grupos financeiros privados - o BSCH e o BBVA – e caixas de poupança de capitais públicos. Com o controle destes grupos sobre os setores infra-estruturais (nomeadamente eletricidade, gás natural, petróleo e telecomunicações), suas empresas liderariam o processo de internacionalização da economia espanhola nos anos 90. E para além deste núcleo duro, predominantemente basco-catalão, existem ainda grandes empresas espanholas, com bases setoriais diferenciadas conforme a região, que são fortemente internacionalizadas.

No entanto, apesar do êxito expansionista, este deu-se sobre países bastante vulneráveis às crises da economia mundial e, do ponto de vista científico-tecnológico, a Espanha ocupa uma posição frágil, com pouco investimento em pesquisa e domínio do processo de inovação científico tecnológico – dependente das transferências de países mais desenvolvidos. Sua posição face o Euro e à União Europeia é muito mais de dependência que de interdependência e a economia espanhola organiza-se basicamente em torno do setor de serviços, contando com uma estrutura industrial modesta e bastante dependente das “revoluções” alcançadas nos países centrais. Ademais, o crescimento econômico dos últimos anos, internamente, foi liderado pelo *boom* no setor imobiliário, financiado pelas instituições financeiras, que já esgotou seu ciclo expansionista. E ao contrário da Coreia do Sul, que deverá contar com a “ajuda” chinesa para sobreviver à crise, a economia espanhola não encontrará saídas no seio de uma Europa em recessão.

Brasil

O processo de desenvolvimento capitalista no Brasil levou à concentração/centralização do capital, tanto no setor produtivo como no bancário, mas independentemente um do outro. O que diz respeito também aos anos 90. E muito se girou em torno da idéia de capitalismo dependente-associado, mas os agentes do capital produtivo nacional e os do capital estrangeiro nunca foram propriamente sócios, fizeram negócios, dividiram mercados, estabeleceram alianças políticas, porém raras foram as fusões/associações entre as empresas de capital forâneo e as nacionais. O processo de abertura e liberalização dos anos 90 levaria mais à desnacionalização da economia brasileira que à associação/fusão entre capital nacional e estrangeiro.

Nos anos 80, com a crise da dívida e os programas de ajustamento orientados pelo FMI, em meio à forte elevação das taxas de inflação, desorganização das finanças públicas e redução nas taxas de investimento, o grande capital sobreviveu à crise, conservando (e ampliando) suas margens de lucro, graças, sobretudo, ao endividamento estatal. O processo de “estatização da dívida externa” foi decisivo, mas a sobrevivência e reestruturação da grande empresa privada não teria sido possível sem o recurso aos títulos públicos. O endividamento público interno assegurou os lucros do grande

capital, permitindo a formação de posições líquidas credoras em favor do setor empresarial, do contrário impossíveis nas condições recessivas dos anos 80.

As grandes empresas puderam preservar (e expandir) suas margens de lucros, desendividarem-se (e/ou não se endividarem) e se reestruturarem. Os lucros bancários, em especial, evoluíram de forma espetacular durante todos os anos 80 (antes e depois do ajuste recessivo). Mas o patrimônio da grande empresa privada em geral foi preservado e ampliado; em princípio, estavam garantidas as condições para uma posição mais ativa dos seus representantes no processo de privatizações das empresas públicas dos anos 90. Processo que levaria a maior conglomeração tanto no setor bancário como no produtivo, mas não à conformação de um capital financeiro nacional, confirmando-se o modelo de acumulação herdado do regime militar, agora, sem a liderança das empresas estatais.

À carência de condições políticas, mais que econômicas, pode ser debitado o não aproveitamento da conjuntura internacional dos anos 90. Dificuldades políticas relacionadas ao padrão de acumulação assentado no endividamento público interno, com a conversão do mercado financeiro em espaço privilegiado de acumulação e equalização de interesses econômicos divergentes. O que não significa que fosse impossível, por exemplo, levar os grandes bancos à incorporação das empresas públicas privatizadas, limitando a participação do capital estrangeiro neste processo, obrigando-o às associações com empresários nacionais. Todavia, as reformas econômicas dos 90 foram empreendidas por lideranças carentes de um “projeto nacional”, com a manutenção até o limite de uma política cambial que, segundo Nassif (2007), serviu ao enriquecimento de membros da equipe econômica e àqueles próximos aos governos FHC. Mesmo assim, a herança desenvolvimentista dificultou ajustes neoliberais radicais, ao legar um parque industrial relativamente integrado, um setor bancário robusto, uma diversificação comercial e um dinamismo exportador sem paralelo no continente. Uma burguesia local no setor financeiro, agrário e industrial; jornalistas, intelectuais, economistas de oposição, bem como representantes da alta burocracia, conseguiram opor resistências à radicalização das reformas à maneira argentina.

Conclusão

No continente latino-americano, pela escala da sua economia, o Brasil era o único país em condições de percorrer um caminho mais próximo ao dependente-associado, à época das grandes privatizações. Sendo que contava (e conta) com possibilidades de expansão do mercado interno, de forma a não se tornar tão dependente das exportações, como no caso coreano, ou da vida político-econômica dos países captadores de investimentos, como a Espanha. Porém, entre a via dependente-associada ou apenas dependente, o Brasil permaneceu mais próximo da segunda “opção”, embora em condições mais favoráveis que a Argentina. Mas não poderíamos deixar de anotar, a título de conclusão, o ponto de convergência nos processos de modernização tardia nos quatro países: foram insuficientes para retirar estes países da lista das nações periféricas e dependentes. Considerações finais que nos levam a suspeitar de uma dificuldade “estrutural” aos processos de desenvolvimento capitalista retardatários: a incapacidade de gerar um capitalismo financeiro moderno. E a crise só acentua a vulnerabilidade das quatro economias em foco. Não obstante, o Brasil encontra-se numa posição mais vantajosa, no que diz respeito à dependência de mercados e vulnerabilidade financeira externa (o que pode não ser devidamente aproveitado, mas, em princípio, constitui uma vantagem).

BIBLIOGRAFIA CITADA

- MASIERO, Gilmar. *Reglobalização sul-coreana: evolução dos conglomerados e da economia a partir da crise asiática. 30º Jornada Temática: o padrão de inserção da Coreia do Sul na economia global. Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais - IEEI. São Paulo, 2007.*
- NASSIF, L. *Os cabeças de planilha – como o pensamento econômico da Era FHC repetiu os equívocos de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.*